

1 ATA DA 41ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS 2 HUMANOS – CEDH

3 Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte, em ambiente web, por meio
4 da ferramenta do Google Meet, às 13h30min, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
7 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Erli Camargo (Fundação Instituto
8 Nereu Ramos – FINER); Nadir Cardoso dos Santos (Central Única dos
9 Trabalhadores – CUT); Vanilda Antunes Correa (Associação Serrana dos
10 Deficientes Físicos – ASDF) e **representantes governamentais:** Fabiana de
11 Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS), Arlete Adriano
12 (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Juliana Coelho de Campos (Secretaria de
13 Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP) e Josiane Maria Melo
14 da Rosa (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa –
15 SAP), e **como convidados:** Caroline Tavares Meireles (Conselho Regional de
16 Psicologia – CRP), Professora Juliana Viggiano (Instituto Memória e Direitos
17 Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), senhora Yara
18 Hornke (Conselho Regional de Psicologia - CRP) como membro de Comissão, Yuri
19 do Amaral e Gabriel Carlos (representando a Pastoral da Juventude). E Manuela
20 Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). A **plenária é aberta (1)** pela presidente do
21 conselho, Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville) cumprimentando a todos/as.
22 Na sequência a Secretária do conselho fez a **leitura da pauta (2)** e a presidente
23 indagou se haveria algum ponto a acrescentar. Não havendo manifestações, a
24 presidente pediu para a Secretária incluir entre os pontos 4 e 5, o ponto 4A, acerca
25 de discussão do processo de eleição do Conselho da Juventude (CONJUVE). A
26 presidente pediu a conselheira e 1ª Secretária do CEDH, Erli (FINER) para
27 acompanhar quando atingisse quórum para aprovação das Atas, último ponto de
28 pauta. Aprovada a ordem do dia, a presidente solicitou a Secretária que fosse feito
29 o comunicado das **justificativas de ausências (3)**. A Secretária informou que a
30 Tamiris Amaral Grazziotion, (Casa Civil – CC) justificou sua ausência devido as
31 suas férias. A Sullivan (DIDH/SDS) justificou outro compromisso, porém a Fabiana
32 de Souza (GEMDH/SDS), conselheira suplente estava presente. A conselheira
33 Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED) justificou
34 compromisso/reunião no mesmo horário e a Deise Carolina de Souza Silva
35 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SDE) que se encontra em
36 licença maternidade e está sem representante suplente. A Secretária informou que
37 entrou em contato com a Carolina (GEPES/SDE) para saber como estava o
38 andamento dessa situação. Carolina (SDE) informou a Secretária que iria conversar
39 com a gerente do setor para que a situação fosse resolvida. Dando
40 prosseguimento, a presidente passou para o próximo ponto de pauta **(4) relato e**
41 **considerações acerca do 3º Encontro Nacional da Rede de Conselhos de**
42 **Direitos Humanos e a 5ª Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital**
43 **e Nacional de Direitos Humanos.** Cynthia (CDH - Joinville) começou seu relato
44 explicando ao grupo que o CEDH participa de uma articulação denominada *Rede*
45 *Nacional de Conselhos de Direitos Humanos*. Essa Rede se reuniu juntamente com
46 o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), onde estavam presentes
47 (virtualmente) representando o CEDH: Cynthia (CDH), Erli (FINER) e Maria Benedita
48 (SED). A presidente comentou que a reunião foi bastante proveitosa, e estavam
49 presentes pessoas de todos os estados do país que, fizeram seus relatos de
50 violações de Direitos Humanos em seus respectivos locais de militância. Cynthia
51 (CDH) explicou que o objetivo da reunião era unificar agendas e as pautas comuns
52 em todo o país. A presidente tomou como exemplo o *sistema prisional*, e relatou
53 ser esta uma das áreas mais afetadas em relação a violações dos Direitos
54 Humanos, principalmente em tempos de pandemia. A presidente indagou a

55 conselheira Erli (FINER) se esta gostaria de expor alguma consideração em relação
56 ao assunto. Erli (FINER) relatou que a organização do evento foi muito boa, uma
57 vez que possibilitou o fortalecimento do andamento das questões relacionadas ao
58 *fazer* dos conselhos. Segundo Erli (FINER) o encontro proporcionou uma maior
59 coesão em torno da defesa de Direitos Humanos (D.H.) e da importância dos
60 Conselhos exercerem o seu papel. A conselheira comentou sobre a fala do
61 presidente do Conselho de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDH-RS),
62 senhor Paulo, que destacou a relevância de se entender *o que é o sistema de D.H.,*
63 *qual a sua proposta*, neste momento Erli (FINER) fez um resgate desde o ano de
64 2004, de todo o processo inicial em Santa Catarina e, comentou que o presidente
65 do CEDH-RS, fez um resgate de toda a construção que vem sendo feita ao longo
66 dos anos no Brasil. Erli (FINER) finalizou seu relato dizendo que um dos pontos de
67 destaque do encontro/reunião foi quanto a *conscientização* dos conselheiros, tanto
68 governamentais quanto não governamentais, sobre o seu papel de defensor de
69 Direitos Humanos e, se inteirar sobre as suas políticas. A palavra é passada para
70 a presidente do CEDH. Cynthia (CDH) comentou que quando se fala em Direitos
71 Humanos tem-se que ter a perspectiva da história das lutas e seus tratados
72 nacionais e internacionais e toda legislação correlata a defesa de Direitos
73 Humanos. desde a 2ª Guerra Mundial até os dias atuais. A presidente ressaltou o
74 modismo da utilização do termo Direitos Humanos mesmo que ausente a sua
75 prática, e trouxe como exemplo o proselitismo político. Cynthia (CDH) relatou
76 alguns comentários acerca de se fazer parceria com o Judiciário em prol da defesa
77 de Direitos Humanos. A presidente esclareceu que seria importante essa parceria
78 embora, nos dias atuais, o Judiciário se encontre na posição de um dos maiores
79 violadores de Direitos Humanos. A presidente fez sua última colocação neste ponto,
80 informando que a intervenção feita pela mesma na reunião da Rede, foi colocada a
81 situação, extremamente delicada, pela qual estamos vivendo no Estado de Santa
82 Catarina, em relação ao *impeachment* do governador Moisés. Cynthia (CDH)
83 comentou que não cabe ao CEDH fazer juízo de valor sobre os eventos que
84 atribuem ao governo acerca do aumento da procuradoria assim como da compra
85 dos respiradores. Situação esta, que de acordo com a presidente se agravou pelo
86 fato de que um possível sucessor do governador, senhor Júlio Garcia, presidente
87 da Assembleia Legislativa está sendo processado por desmandos na condução
88 daquela entidade. E, para finalizar, Cynthia (CDH) concluiu que este fato implicará
89 na redução e comprometimento das políticas públicas para o Estado. Cynthia
90 (CDH) expôs sua posição pessoal sobre a situação anteriormente descrita, dizendo
91 estar esperançosa para que se tenha uma conclusão de que não houve corrupção.
92 Cynthia abriu para comentários. Os conselheiros Erli (FINER), Nadir (CUT) e Yara
93 (convidada) disseram concordar com as palavras da presidente, Fabiana
94 (GEMDH/SDS) comentou que como servidora pública é tomada por um sentimento
95 de fragilidade porque se quer dar continuidade aos planejamentos e ações já
96 iniciadas. Acrescentou ainda que além desse cenário, foi um ano de mudanças e
97 adaptações causados pela pandemia. E, finalizou dizendo já ter vivenciado outros
98 momentos de mudanças e toda a função de retomar as atividades. A conselheira
99 Arlete (SES) fez um breve comentário sobre o assunto dizendo que não somente
100 os servidores públicos, mas toda a sociedade sofrerá com toda essa situação. E,
101 disse concordar com a presidente Cynthia, na medida em que o possível substituto
102 do governo atual não traz nenhuma perspectiva e, toda essa situação reflete num
103 sentimento de frustração e desânimo uma vez que a mesma acabou de passar pela
104 substituição do Secretário de Saúde. Cynthia (CDH) comunicou a presença da nova
105 representante do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12),
106 Caroline e pediu para que a mesma se apresentasse. Caroline atua como psicóloga
107 clínica, como conselheira no CRP-12, pelo 10º plenário a frente da Comissão de
108 Direitos Humanos e, também é conselheira no Conselho Estadual dos Direitos da
109 Mulher (CEDIM/SC). Na sequência, se apresenta a conselheira Juliana Coelho de

110 Campos (SAP). Juliana informou que fazia parte da 1ª gestão do CEDH, porém
111 pediu substituição uma vez que não estava conseguindo acompanhar as reuniões
112 porque reside em Chapecó, fato que dificultava seu deslocamento todo o mês para
113 Florianópolis. Juliana é enfermeira na SAP há 12 anos e está à frente na
114 coordenação do COVID-19 no sistema prisional desde março deste ano. Juliana
115 (SAP) informou que a Central funciona 24 horas para monitorar os casos de COVID.
116 A conselheira acrescentou ainda que é coordenadora de Políticas para Mulheres
117 privadas de liberdade e coordenadora do Projeto Mulheres Livres. Mas salientou
118 que sua prioridade atual é a coordenação do COVID. Na sequência foi introduzido
119 o ponto **(4.A)** da pauta, incluído pela presidente acerca do **processo eleitoral para**
120 **recomposição do Conselho Estadual da Juventude (CONJUVE)**. Cynthia (CDH)
121 fez um breve relato antes das falas dos representantes da Pastoral da Juventude
122 (PJ): Yuri do Amaral e Gabriel Carlos. A presidente fez um relato resumido do Ofício
123 encaminhado pelas entidades inscritas no processo eleitoral do CONJUVE, e;
124 acrescentou que em conversa com o Gabriel Carlos, este informou que a Comissão
125 Eleitoral decidiu prorrogar as inscrições para atender o segmento das pessoas
126 indígenas. A presidente comentou que essa situação, no entendimento daqueles
127 que já estão no CONJUVE, não seria necessário, uma vez que, este segmento não
128 consta na Lei do referido Conselho e, além disso, são 10 vagas tendo 16 inscritos.
129 Cynthia (CDH) se dirige ao convidado Yuri (PJ) lhe concedendo a palavra. Yuri (PJ)
130 comentou que não está acompanhando de perto a situação, então, ficou decidido
131 aguardar a entrada do Gabriel na reunião. Gabriel (PJ) se apresentou como
132 representante da Pastoral da Juventude (PJ) e fez um breve relato da história de
133 luta da entidade para a criação de um Conselho da Juventude, implantado em 2016.
134 O convidado relatou que no último dia de inscrições para participar de Fórum Eletivo
135 do referido Conselho o prazo foi prorrogado sem apresentação de justificativa.
136 Gabriel comentou que ainda estão com dúvidas, pois, a justificativa apresentada
137 não representa, em sua opinião, motivo que possa corroborar com a ampliação do
138 prazo. Segundo Gabriel não se apresenta o segmento indígena na Lei do
139 CONJUVE e nem no Edital. Cynthia interveio e pediu para que fosse esclarecido
140 se o que eles estavam reivindicando era o prazo não ser prorrogado. Yuri e Gabriel
141 afirmam. A conselheira Fabiana de Souza (GEMDH/SDS) questionou-os se já havia
142 sido conversado com a Comissão Eleitoral do CONJUVE ou com a Gerente de
143 Políticas para Criança, Adolescentes e Jovens (GECAJ), Arlene. Gabriel (PJ)
144 informou a Fabiana (SDS) que já havia sido encaminhado Ofício para a Comissão
145 Eleitoral da qual a gerente Arlene faz parte. Dando continuidade, Gabriel relatou
146 que o mandato do CONJUVE foi encerrado sem ter sua última plenária ou ser
147 comunicado o porquê de seu encerramento. O convidado acrescentou ainda que o
148 edital atual não foi dividido em segmentos como o anterior e a justificativa
149 apresentada foi uma Representação do Ministério Público (MPSC). Gabriel disse
150 ter feito a leitura do material enviado e que se referem a Conferência Estadual da
151 Juventude. O mesmo relatou que contra-argumentou e, a partir disso foi orientado
152 a pesquisar no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos do Estado (SPGe).
153 Gabriel comentou que não ter acesso ao sistema e informou que a primeira
154 justificativa apresentada foi em relação a documentação incompleta. O convidado
155 disse que foi contra-argumentado que se a documentação estivesse incompleta,
156 deveria ser publicada a lista de deferidos/indeferidos. Gabriel afirmou que não
157 houve essa divulgação e não foi respeitado prazo de apresentação de recursos. A
158 palavra é passada para a conselheira Erli (FINER) que disse presumir que o edital
159 não foi cumprido. A conselheira comentou que os prazos das etapas após as
160 inscrições devem ser cumpridas e publicizadas. Erli (FINER) comentou não ser o
161 momento de invocar documentos referentes a Conferência da JUVENTUDE, que
162 por sua vez, segundo a fala da conselheira, não foi um evento exitoso e, além disso,
163 não se apresenta na lei do CONJUVE. De acordo com a mesma deveria ser
164 invocado, neste caso, a Lei do Conselho, o Regimento Interno e o *real* papel da

165 Comissão, porque, segundo Erli (FINER) se a Comissão está conduzindo de forma
166 inadequada o Edital, aquela merece ajustes. A conselheira concluiu dizendo que
167 um parecer do Ministério Público (MPSC) não tem força para que seja alterada uma
168 lei ou dizer como essa deva funcionar. **Encaminhamento: Fabiana (SDS) sugeriu**
169 **encaminhar Ofício a GECAJ para que as dúvidas possam ser sanadas.** Dando
170 prosseguimento a reunião se iniciou o debate **do ponto (5)** acerca da **resposta da**
171 **SAP à Recomendação nº02/2020 do CEDH.** A presidente fez um breve resgate
172 do assunto relatando que há aproximadamente dois meses, o CEDH pediu ao
173 governo do Estado e a SAP que tivesse um olhar de acordo com as recomendações
174 do Conselho em relação ao sistema prisional. Continuando seu relato, Cynthia
175 (CDH) comentou que o Secretário Leandro Lima (SAP) enviou documento bastante
176 detalhado que, inclusive foi compartilhado no grupo de aplicativo do conselho. A
177 presidente informou que acordo com o Secretário está tudo sob controle. Mas,
178 segundo a presidente *“na prática as coisas acontecem de forma bastante diferente”*.
179 Cynthia (CDH) mencionou o *“reconhecido empenho dos profissionais, do próprio*
180 *Secretário, dos técnicos/as, agentes prisionais para que as coisas funcionem dentro*
181 *do sistema prisional”*, porém lembrou os problemas enfrentados como, por
182 exemplo: a superlotação, falta de testes, falta de material de higiene e de
183 complementação através das sacolas, levadas pelos familiares que o Estado não
184 consegue suprir e; por fim, a dificuldade das visitas virtuais em virtude do
185 isolamento social. A presidente ressaltou que as Recomendações tiradas pelo
186 CEDH surgem a partir de apelos/denúncias recebidos/as, e não com intuito de
187 atacar o governo. Cynthia (CDH) lembrou que faz parte do Conselho da
188 Comunidade de Joinville, da qual é presidente e, faz visitas a penitenciária de
189 Joinville juntamente com o juiz de direito Dr. João Marcos Buch, onde são
190 observados alguns problemas, como a visita virtual. A presidente abriu para o
191 debate e encaminhamentos. Motivada pela conselheira Erli (FINER) a se
192 manifestar, uma vez que está coordenando as ações referentes ao COVID-19 no
193 sistema prisional, a conselheira Juliana (SAP) se declarou defensora dos Direitos
194 Humanos, porém, ressaltou que *“isso não significa que tudo ocorra de maneira*
195 *perfeita ou da forma que gostaríamos que acontecessem”*, porque são inúmeros
196 fatores que influenciam nas ações. A conselheira informou que auxiliou na
197 elaboração do documento em resposta a recomendação do CEDH. Dando
198 continuidade, Juliana (SAP) relatou que desde Março está sendo trabalhado nesta
199 questão e, inclusive foi montada uma *sala de situação* com o objetivo de se pensar
200 que ações poderiam ser realizadas frente ao Decreto do governo e a preocupação
201 da disseminação da doença dentro do sistema. A conselheira comentou que
202 quando tomado conhecimento do documento pela Secretaria foi pensado
203 primeiramente que poderia ter sido perguntado que ações estavam sendo tomadas
204 pela SAP e ser feita Recomendação em cima das ações que não estavam sendo
205 atingidas. Juliana (SAP) relatou que em relação aos testes de COVID-19 vieram de
206 2 (duas) formas: O Ministério (Saúde) encaminhou testes para o Estado que
207 redistribuiu para o sistema prisional e, os municípios pela Política Nacional de
208 Saúde do Sistema prisional ficando responsáveis pelos testes com os presos. A
209 conselheira comentou não haver dificuldades de acesso aos testes, porém acusou
210 existirem critérios, definidos pelo Ministério (Saúde) para que sejam realizados. E,
211 explicou que para serem feitos é necessário que o preso apresente sintomas ou
212 tenha tido contato com casos sintomáticos. Em relação as visitas virtuais, a
213 conselheira fez um levantamento de dados e de 31 de agosto de 2019 a 31 de
214 agosto de 2020, houve uma diferença de 5.000 (cinco mil) visitas, porém destacou
215 a dificuldade apresentada por causa da burocracia em adquirir equipamentos,
216 ampliar internet e ações que deveriam ser tomadas num curto espaço de tempo,
217 devido a pandemia, não conseguindo desta forma atingir toda a demanda. Quanto
218 as sacolas, Juliana (SAP) informou estar sendo montado um protocolo, relatando
219 ser tema de bastante discussão dentro da SAP, uma vez que é função do Estado

220 suprir toda a necessidade dos internos. A convidada Yara (CRP) solicitou para que
221 fosse disponibilizado o cardápio dos internos e justificou seu pedido dizendo que
222 as queixas são bastante graves e além disso a mesma afirmou já ter realizado
223 inspeções nas unidades prisionais quando participava do CRP assim como junto
224 com o Mecanismo Nacional e comentou sobre a manuseio não adequado da
225 alimentação dos presos. A presidente mencionou o tempo de logística dos
226 alimentos como não adequado, e questionou quanto as sacolas, se está sendo
227 considerado o retorno dessas e de em que condições. A conselheira Juliana (SAP)
228 respondeu que esse item está sendo reavaliado uma vez que o Estado deve suprir
229 todas as necessidades do interno. A convidada Yara Hornke se dirigiu a conselheira
230 Juliana (SAP) solicitando que a questão da alimentação pudesse ser reavaliada, e
231 vista não somente no sentido nutricional mas também no sentido de ressocialização
232 do preso dentro da estrutura familiar. Erli (FINER) fez um breve comentário
233 reforçando a questão do manuseio, acondicionamento e distribuição dos alimentos
234 e das medidas de segurança das sacolas. A conselheira mencionou ainda o “*olhar*
235 *punitivo*” da maioria dos servidores que trabalham com pessoas privadas de
236 liberdade e da importância da inclusão da *formação continuada dos servidores*
237 *supracitados no Plano Estadual de Direitos Humanos*. Erli (FINER) finalizou
238 dizendo que gostaria de deixar registrado que o Estado trazendo para si a
239 responsabilidade da reeducação do encarcerado, essa é uma obrigação plena.
240 Cynthia (CDH) finalizou esse ponto perguntando a conselheira Juliana (SAP) como
241 iria ficar o retorno das visitas presenciais, uma vez que o Secretário Leandro Lima
242 relatou a retomada daquelas. A conselheira Juliana (SAP) respondeu que foi
243 construído um protocolo prevendo essa retomada e, inclusive já haviam sido
244 retomadas: a educação, de forma virtual assim como as atividades laborais,
245 voltaram 25%, porém foi uma retomada bastante cautelosa. Juliana (SAP) informou
246 que o protocolo havia sido elaborado em conjunto com os técnicos da Secretária
247 de Estado da Saúde (SES) para que fossem determinadas medidas mais seguras.
248 A conselheira continuou seu relato explicando de forma detalhada os 4 (quatro)
249 critérios utilizados para construção desse protocolo: a matriz de risco potencial da
250 SES, o acumulado de 7 (sete) dias de casos da região onde a unidade prisional
251 está localizada, a apresentação de surto dentro de uma unidade prisional seja por
252 presos ou servidores e a estrutura física da unidade. **Encaminhamento: (1) Erli**
253 **(FINER) sugeriu que fossem encaminhados gráficos mostrando os dados por**
254 **regiões e (2) Cynthia lembrou que na plenária anterior já havia sido deliberado**
255 **pelo envio de recomendação do CEDH aos juízes de execução penal e,**
256 **poderia ser encaminhado juntamente a resposta da SAP para que os mesmos**
257 **tenham elementos suficientes para estarem monitorando as unidades.** Dando
258 continuidade, a presidente iniciou o ponto (6) da pauta que trata do
259 **reagendamento das datas das lives das Mesorregiões.** Nesse momento entrou
260 na sala de reunião a conselheira Anne Teives (ADEPESC). Após os cumprimentos
261 pelo retorno na conselheira, Cynthia (CDH) indagou a Erli (FINER) como se
262 encontrava esta situação. A conselheira por sua vez informou sobre a reunião da
263 Comissão de Comunicação e, como já havia sido deliberado na Comissão, seria
264 passada como um informe, e passou a palavra para a Secretária do Conselho. A
265 Secretária relatou que ficou deliberado que a conselheira Arlete (SES) ficaria
266 responsável pela coordenação da comissão e pela Secretaria, a conselheira
267 Lizandra (CDH). Na sequência, a Secretária informou as datas e suas respectivas
268 Mesorregiões, ficando assim dispostas: dia **09 de novembro** seria a região de
269 **Joinville**, dia **16 de novembro** a região de **Criciúma**, dia **23 de novembro**,
270 **Chapecó**, **30 de novembro**, **Blumenau** e para finalizar no dia internacional dos
271 Direitos Humanos, **10 de dezembro**, a região da **Grande Florianópolis**. Erli
272 (FINER) complementou o informe dizendo foi feita uma organização interna na
273 Comissão no sentido de determinar quem ficaria como referência em cada região.
274 **Encaminhamento: Divulgar no grupo do CEDH (aplicativo) as datas das lives**

275 **com as mesorregiões.** Na sequencia foi dado início ao **ponto (7)** da pauta a
276 respeito da **Formação da Comissão Eleitoral.** A presidente lembrou que o final do
277 mandato seria em março de 2021 porém como não havia quórum suficiente para
278 deliberar a presidente solicitou a Secretária do Conselho que esta fizesse alguns
279 contatos e lembrou do convite feito a conselheira Fabiana (SDS) para que fizesse
280 parte da Comissão sendo necessária a sugestão de outros nomes no grupo do
281 conselho para compor a Comissão. Cynthia (CDH) informou que a Secretária já
282 havia feito consulta a COJUR/SDS acerca da utilização do CNPJ da UFSC pelo
283 IMDH e no momento está sendo aguardada a resposta. **O ponto 8 da pauta** foi
284 sanado com a apresentação de Ofício 127/20/DIR/CRP-12 de 5 de outubro de
285 2020. Dando continuidade a presidente introduziu o **ponto (9) da pauta** que trata
286 da **apresentação da Minuta do Relatório anual do conselho.** A presidente disse
287 que irá fazer a leitura e na sequencia compartilhará no grupo para possíveis
288 considerações. Cynthia abriu para contribuições e não havendo manifestações
289 passou para o **ponto (10) da pauta** referente a **aprovação das Atas** e como não
290 foi atingido quórum não puderam ser aprovadas. E, finalizando a reunião foi
291 passado para o **ponto (11) da pauta, assuntos gerais.** A presidente indagou se
292 havia alguma colocação a ser feita e não havendo manifestações Cynthia (CDH –
293 Joinville) fez seu agradecimento a todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu,
294 Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Cynthia,
295 presidenta do CEDH/SC assinamos.
296